



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

EMILIANE MELO RODRIGUES MOTA

ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E INFRAESTRUTURAIS
DO ASSENTAMENTO CASQUEIRA I EM AREIA BRANCA/RN

MOSSORÓ/RN

2019

©Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata, exceto as pesquisas que estejam vinculadas ao processo de patenteamento. Esta investigação será base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) seja devidamente citado e mencionado os seus créditos bibliográficos.

M917a Mota, Emiliane Melo Rodrigues. Análise dos aspectos socioeconômicos e infraestruturais do assentamento Casqueira I em Areia Branca/RN / Emiliane Melo Rodrigues Mota. 2019.
53 f. : il.

Orientador: José Erimar dos Santos.
Monografia (graduação) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Curso de Educação do Campo, 2019.

1. Assentamento . 2. Infraestrutura. 3. Social. 4. Econômico. 5. Reforma Agrária.. I. Santos, José Erimar dos, orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

EMILIANE MELO RODRIGUES MOTA

**ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E INFRAESTRUTURAIS
DO ASSENTAMENTO CASQUEIRA I EM AREIA BRANCA/RN**

Monografia apresentada à
Universidade Federal Rural do Semi-
Árido como requisito para obtenção
do título de Licenciado em Educação
do Campo com Habilitação em
Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José Erimar dos
Santos

MOSSORÓ/RN

2019

EMILIANE MELO RODRIGUES MOTA

**ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E INFRAESTRUTURAIS
DO ASSENTAMENTO CASQUEIRA I EM AREIA BRANCA/RN**

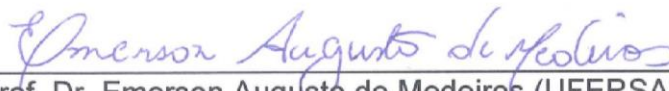
Monografia apresentada à
Universidade Federal Rural do Semi-
Árido como requisito para obtenção
do título de Licenciada em Educação
do Campo.

Defendida em: 14 / Agosto / 2019.

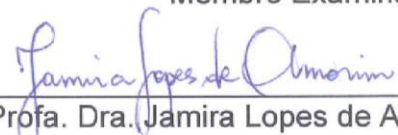
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Erimar dos Santos (UFERSA)
Presidente



Prof. Dr. Emerson Augusto de Medeiros (UFERSA)
Membro Examinador



Profa. Dra. Jamira Lopes de Amorim (UFERSA)
Membro Examinadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer a **Deus**, por ter me guiado no caminho certo e ter me dado forças para superar os momentos difíceis em minha vida.

Agradeço a minha mãe **Francisca de Melo Rodrigues**, que é uma guerreira e sempre está ao meu lado me apoiando em todos os momentos e tem minhas conquistas como suas também.

Ao meu pai **Francisco Xavier Rodrigues**, que sempre esteve ao meu lado, e que nos momentos difíceis que pensei em desistir ele sempre segurou em minha mão para que eu desse continuidade e nunca desistir dos meus sonhos.

Ao meu esposo **Edival Mota dos Santos**, companheiro que sempre esteve ao meu lado exercendo seu papel de pai em minhas constantes ausências, e que acredita que minhas conquistas são as suas também.

A minha filha **Ana Julia Melo dos Santos**, que mesmo eu tendo que ficar todos os dias horas distantes ao retornar da Universidade sempre me fortaleceu ao me receber com um sorriso largo no rosto e de braços abertos para um abraço mais puro e cheio de amor.

Ao meu filho **Eduardo Melo dos Santos**, que sempre muito compreensivo quando diversas vezes tivemos que abrir mão de passeio finais de semana por motivos que eu tinha trabalhos para produzir.

Ao meu filho **Guilherme Melo dos Santos**, que foi sempre compreensivo em ter que ir pra parada de ônibus todas as manhãs e ir para escola sem minha presença todos os dias.

Agradeço a minha tia **Maria das Graça de Lima**, que sempre esteve com meus filhos dedicando seu tempo cuidando dando amor e atenção em todos momentos.

Agradeço a minha prima amiga **Maria Aparecida de Oliveira**, que mesmo distante sempre teve uma palavra amiga e de conforto em momentos difíceis não apenas na minha vida acadêmica, mas também em todos os momentos.

A minha sobrinha **Fernanda Gabrielly Lima da Silva**, por dedicação de todo seu amor e carinho companheirismo que você tem por minha família e especial com Ana Julia.

A minha sobrinha **Eloiza Mewlien de Lima Rodrigues**, por toda a paciência em estar sempre ao meu lado em minha vida acadêmica e em todos momentos.

Agradeço a **Geilza de Lima Medeiros**, uma mulher amiga que sempre está presente dedicando seu amor e tempo a minha filha Ana Julia com todo cuidado e dedicação constante.

A todos **moradores** da comunidade de casqueira I, que foram amigos e posseiro da minha pesquisa onde me receberam muito bem em suas residências para contribuir em responder os questionários.

Ao meu professor orientador **Jose Erimar dos Santos**, por toda dedicação e paciência em todas as orientações e compreensão em momentos difíceis que passamos neste processo de aprendizagem, por tudo que me proporcionou na minha vida acadêmica ensinamentos e aprendizagem processos metodológico que vou levar pra minha vida de docência.

Na relação homem-terra, esse paradigma se fortalece pelo princípio da exclusão de tudo que não o comporta. No paradigma do rural tradicional, há, pois, seleção e rejeição de idéias integradas nas teorias que fundamentam esse modelo. No contexto discutido, as idéias são perceptíveis por produção em larga escala, uso desmesurado de agrotóxicos, rejeição de conhecimentos e saberes da tradição de trabalhadores, dentre outros. Desse modo, o paradigma do rural tradicional elege, seleciona o que lhe interessa como modelo econômico e cultural.

Molina Fernandes

RESUMO

O trabalho compreende um estudo realizado acerca dos aspectos socioeconômicos e infraestruturais do assentamento Casqueira I, situado na cidade de Areia Branca, no Rio Grande do Norte. Para isso, foi necessária uma pesquisa através da aplicação de questionários com os moradores da comunidade. Em 1995 os moradores se reuniram e fizeram um acampamento no lugar onde hoje foi construído o assentamento, somente dois anos depois eles conseguiram a posse da terra e desde então vêm lutando para mais direitos serem conquistados. Apesar das melhorias e nas condições de vida dos moradores, os mesmos reivindicam atualmente, água encanada, um posto de saúde na comunidade e melhores condições de trabalho no campo para assim possibilitar uma melhor renda para os mesmos. A agricultura é a mais importante atividade entre os assentados, muitos a desenvolvem apenas para subsistência e os que negociam seus plantios alegam que a renda ainda é insuficiente para o sustento de sua família, necessitando assim de benefícios do governo para este sustento. Entendemos que a Reforma Agrária como está escrita e documentada é primordial para os homens e mulheres do campo, porém, na realidade é preciso mais empenho dos órgãos competentes em proporcionar de fato condições dignas para os assentados. Existe ainda uma longa trajetória de lutas para a efetivação adequada.

Palavras-Chave: Assentamento – Infraestrutura – Social – Econômico – Reforma Agrária.

ABSTRACT

The work comprises a study about the socioeconomic and infrastructural aspects of the Casqueira I settlement, located in the city of Areia Branca, in Rio Grande do Norte. For this, a survey was necessary through the application of questionnaires with the residents of the community. In 1995 the villagers gathered and made a camp at the place where the settlement was built today, only two years later they gained land tenure and have been fighting ever since for more rights. Despite the improvements and living conditions of the residents, they now claim to have running water, a health clinic in the community and better working conditions in the countryside to enable them to earn a better income. Agriculture is the most important activity among the settlers, many developing it only for subsistence and those who negotiate their crops claim that the income is still insufficient to support their families, thus needing government benefits for this support. We understand that Agrarian Reform as it is written and documented is of prime importance for rural men and women, but in reality more commitment is needed from the competent bodies to actually provide decent conditions for the settlers. There is still a long trajectory of struggles for proper realization.

Keywords: Settlement - Infrastructure - Social - Economic - Agrarian Reform.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Fornecimento de água no Assentamento Casqueira I- Segundo os moradores.

GRÁFICO 2 – Avaliação do atendimento do PSF

GRÁFICO 3 – A estrutura física de sua residência garante o conforto da família?

GRÁFICO 4 – Equipamentos de Lazer

GRÁFICO 5 – Serviços de Comunicação

GRÁFICO 6 – Comércio

GRÁFICO 7 – Iluminação Pública

GRÁFICO 8 – Associação dos Moradores

GRÁFICO 9 – Internet

GRÁFICO 10 – Igreja

GRÁFICO 11 – Praça de Esporte

GRÁFICO 12 – Fontes de Renda

GRÁFICO 13 – Benefícios do Governo

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Vista Panorâmica do Assentamento Casqueira I

FIGURA 2- Quadra de Esportes do Assentamento Casqueira I

FIGURA 3 - Sede da Associação de Moradores

FIGURA 4 - Sede da Associação para atendimento do PSF

FIGURA 5 - Vista Panorâmica do Assentamento Casqueira I

FIGURA 6 - Casa da comunidade que ainda possui estrutura original

FIGURA 7 - Casas reformadas após liberação de recursos

FIGURA 8 - Vista Panorâmica do Assentamento Casqueira I

FIGURA 9 - Vista Panorâmica do Assentamento

FIGURA 10 - Galpão onde fica o trator da comunidade

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MST – Movimento Sem Terra

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PSF – Programa Saúde da Família

CAERN - Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 - REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: BREVE CONTEXTO	14
2.1.1 Conceituando Reforma Agrária	14
2.1.2 Os Assentamentos de Reforma Agrária	17
2.2 - ANÁLISE DOS ASPECTOS INFRAESTRUTURAIS DA COMUNIDADE CASQUEIRA I	22
2.2.1 Estrutura física do Assentamento em sua fundação	22
2.2.2 Avanços infraestruturais: Análise da estrutura da comunidade nos dias atuais	25
2.3 – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	35
2.3.1 Principais fontes de renda do Assentamento	35
2.3.2 Qualidade de vida dos moradores: Algumas observações	37
3 ASPECTOS INFRAESTRUTURAS DO ASSENTAMENTO SEGUNDO OS MORADORES	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE	53

1 INTRODUÇÃO

Nosso trabalho tem como tema: Análise dos aspectos socioeconômicos e infraestruturais do Assentamento Casqueira I em Areia Branca/RN e temos como foco de estudo o diagnóstico a partir dos fatores referentes ao social, econômico e sobre a estrutura física da comunidade.

O assentamento foi fundado em 1997 e, atualmente, anos depois de sua fundação, muitos aspectos dentro da vila rural mudaram. No início não havia água abastecida, nem energia elétrica e a vida dos assentados era bastante difícil. Hoje a vida na comunidade se transformou muito. Em contrapartida, a vida campestre e a cultura rural tem se perdido a cada dia, a agricultura não tem sido um motivo para permanência no campo e muitos têm procurado empregos formais em empresas salineiras longe do assentamento.

Os objetivos propostos para nosso estudo são: Verificar as características socioeconômicas e infraestruturais do Assentamento Casqueira I, assim como discutir sobre os conceitos de reforma agrária e os aspectos sociais pertinentes ao assentamento; Compreender a importância de políticas públicas no campo para a preservação cultural do homem e mulher campestre; e por fim, identificar e refletir sobre a presença/ausência dos equipamentos infraestruturais no P.A. Casqueira I.

Como procedimento metodológico embasado em nosso trabalho foi realizado uma pesquisa bibliográfica com temáticas importantes nesse contexto, tais como: definição de reforma agrária, assentamento, qualidade de vida, economia rural, etc. após esse momento foi feita uma pesquisa de campo através da aplicação de um questionário para cada morador do assentamento. Na localidade existem 60 residências, porém 4 delas se encontram desocupadas. Sendo assim, foram 56 questionários aplicados. Visamos assim, obter um diagnóstico mais aprofundado sobre os aspectos ligados ao social, econômicos e infraestruturais da comunidade.

Realizamos uma pesquisa de campo no Assentamento Casqueira I, em Areia Branca/RN. Para isso, fizemos um trabalho de observação para avaliar todos os aspectos a serem desenvolvidos no decorrer de nosso estudo. Gonsalves (2001, p.67), reforça a nossa ação, quando diz:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

A pesquisa de campo aconteceu nos meses de maio e junho de 2019. Conversas com os moradores e análise da infraestrutura atual no assentamento foram primordiais para um maior embasamento em nosso trabalho.

Os donos dessas residências preferiram morar no lote de terra e não dentro da comunidade. Nesse contexto a nossa pesquisa abrangeu 56 moradores assentados. Com os mesmos foi possível investigar e analisar aspectos da vila rural onde os mesmos estão inseridos. Segundo José Filho (2006, p.64) “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”.

Para coleta de dados utilizamos como recurso a aplicação de 56 questionários direcionados aos moradores de Casqueira I. Neste caso as perguntas são objetivas e múltiplas respostas. Após o levantamento das informações desenvolvemos a tabulação dos dados, assim obtemos uma análise mais suscita dos temas abordados. A esse respeito fala Gil (2008, p.160):

A maioria das pesquisas sociais desenvolvidas atualmente requer algum tipo de análise estatística. As técnicas estatísticas disponíveis constituem notável contribuição não apenas para a caracterização e resumo dos dados, como também para o estudo das relações que existem entre as variáveis e também para verificar em que medida as conclusões podem estender-se para além da amostra considerada.

É válido destacar que além das informações coletadas na pesquisa, foi usado também nossos conhecimentos empíricos já que estivemos presente na

comunidade desde a fundação e fazemos parte do processo histórico da mesma.

É importante fazer um relato reflexivo sobre a infraestrutura da comunidade e assim falar sobre a importância de políticas públicas que trabalhem efetivamente em melhorias na comunidade e que possa beneficiar o homem e a mulher do campo a permanecerem em seu local de origem. Após a luta pela consolidação do assentamento são necessários vários anos e intermináveis reivindicações sindicais para que a chamada infraestrutura social (saúde, educação, transporte, cultura, etc.) esteja presente na comunidade. As mesmas deveriam ser implantadas desde a fundação do assentamento, já que são importantes para a vida dos camponeses, mas para que isto ocorra é necessário planejamento público para favorecer o crescimento e a consolidação dos assentamentos (PEREIRA; BARONE; HIRÃO, 2016).

A seguir, mostraremos detalhadamente conceitos de reforma agrária, assentamento, a história sobre a fundação da comunidade, assim como suas lutas e entraves focando sempre as três temáticas que motivam o nosso estudo: a infraestrutura, a economia e o social.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 - REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: BREVE CONTEXTO

2.1.1 Conceituando Reforma Agrária

Quando se fala em terras no Brasil, logo a temática “Reforma Agrária” se torna um dos assuntos mais importantes, isso porque representa uma política pública cujo responsável é o Estado. As discussões sobre Reforma Agrária vêm de longa data, mas somente em 1964 com a construção do Estatuto da Terra a Reforma Agrária foi institucionalizada. Segundo este documento em seu Art. 1, parágrafo §1º:

Considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Se faz necessário então ampliar as ações da Reforma Agrária para atender quem realmente precisa. A terra passou a ser um direito constitucional e medidas tais como, a distribuição de lotes na formação de assentamentos rurais passou a se tornar importantes ações para efetivar esse direito no país. Martins (1997, p. 12), fala sobre como surgiu o nascimento da Reforma Agrária no Brasil:

[...] surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra.

Para entender o processo como se deu a divisão de terras no Brasil é preciso retornar para a história. No Sistema Feudal quanto mais terras o senhor feudal possuísse mais rico era considerado perante a sociedade. Logicamente grandes lotes de terras passaram a ser mantidos por poucos senhores. Neste cenário, as terras eram produtivas e a agricultura era mestre chave da economia. Muitos anos depois com o surgimento das indústrias as pessoas passaram a se deslocar para as cidades em busca de oportunidades de

trabalho, com isso deu-se início a urbanização. As terras passaram a perder seu poder econômico e de status social. Anos se passaram e ainda pequenos grupos eram donos de grandes lotes de terras. Esses donos (chamados de latifundiários) continuavam com suas posses, mas as terras já não eram produtivas.

Referindo-nos novamente ao contexto histórico nacional, segundo Luza (2017) a maneira desigual e excludente de acesso à terra no Brasil não é algo que deva ser analisado apenas na contemporaneidade, as raízes de tal realidade vêm desde o período da colonização portuguesa. O que houve é que Estado repassou grandes lotes de terras para poucos oficializando assim, a apropriação privada, porém indevida desses proprietários (maioria latifundiários). Muitos anos se passaram e pouco foi feito sobre esse problema fundiário. Somente algumas décadas atrás se ouve falar de reforma agrária, esperando assim que os problemas causados pela distribuição desigual de terras no passado se resolvam ou se amenizem.

O Brasil é um dos maiores países em dimensão territorial do mundo. Segundo o site do Brasil Escola o país apresenta extensão territorial de 8.514.876 Km² e é o quinto maior país do planeta. Como foi dito anteriormente, apesar de possuir uma extensão territorial tão grande, possui graves problemas na divisão dessas terras, havendo hoje milhares de agricultores sem-terra ou com pouca terra (menos de 20 ha). Para Miralha (2006, p.169): “Essa desigualdade na posse da terra é histórica e remonta ao período colonial”. Muitos anos se passara desde o período colonial, vitórias através de lutas principalmente do Movimento Sem Terra (MST) foram importantes para que houvesse mais distribuições de terras no país.

Com a política da Reforma Agrária passou-se a desapropriar os grandes lotes pertencentes a latifundiários e divididos distribuídos para pequenos e médios agricultores. Cada agricultor, juntamente com sua família, recebe um lote de terra para residir e trabalhar nela, torná-la produtiva. Nesse contexto, espera-se que ao adquirir o lote de terras o agricultor possua também, recursos para juntamente com sua família, se desenvolver no assentamento. Teles

(1999, p. 30) fala sobre a luta dos movimentos sociais e suas necessidades que vão além de um lote de terra. Segundo o autor:

Enquanto para o Estado a reforma agrária passa somente por uma política de implantação de assentamentos rurais, não lhe cabendo nada mais fazer, para o MST a reforma agrária vai mais além, devendo atender não somente a necessidade de terra para se trabalhar, mas também condições para garantias do bem estar social.

Segundo França e Sparovek (2005), a Reforma Agrária é uma ação importante e necessária no Brasil, porém muitas ações desenvolvidas pelo Estado são apenas “paliativas”. De acordo com Segundo e Fernandes (2014, p. 36), “A visão de reforma agrária idealizada e efetivada pelo estado diverge em muitos pontos daquele difundido pelos movimentos sociais de luta pela terra”. Concordamos que a distribuição de terras é uma medida fundamental, mesmo porque o Brasil é um país de extensão continental e existem grandes quantidades de terras em mãos de latifundiários ou apropriadas de forma ilegal. Amenizar a extrema desigualdade de posse de terra acaba sendo uma responsabilidade social que os órgãos competentes devem realizar. Por que para o Estado a Reforma Agrária se configura de um modo e para os movimentos sociais se configura de outro. Porém, França, Sparovek (2005) e Segundo e Fernandes (2014) sustentam que apenas a entrega da terra não representa a totalidade do que representa a reforma agrária. É preciso dar suporte para que as famílias possam viver dignamente em sua propriedade. Para França e Sparovek (2005, p. 56) “[...] o poder público no Brasil não tem e nunca teve uma política de reforma agrária de abrangência nacional, voltada para alterar significativamente a estrutura fundiária do país”.

Existe ainda um longo caminho para a efetivação de medidas que não somente redistribua terras, mas torne a vida do agricultor e sua família, dignas. Costa (2005, p. 52) fala a esse respeito:

A reforma agrária deve ser entendida como um processo mais amplo, que vai além da aquisição de terra, incluindo também condições que permitam nela trabalhar com dignidade, tais como: assistência técnica, crédito rural diferenciado, pesquisa agropecuária e atividades de promoção social como acesso à saúde e educação, fazendo com que o agricultor seja inserido na sociedade.

Vários autores brasileiros em seus estudos procuram uma definição para a reforma agrária, cada um com sua visão acerca do assunto tenta explicá-la de maneira mais clara e objetiva. Nos últimos anos a questão fundiária no Brasil tem sido tema de várias pesquisas. Isso é importante porque não só nos possibilita uma maior visão sobre o assunto, como permite que reflexões sobre a temática aconteça.

Para Oliveira (2001), a reforma agrária é uma política pública de responsabilidade do estado e suas ações atingem três importantes dimensões. São elas: social, econômica e política. *Social*, porque a distribuição de lotes de terra acarreta em retirada de pessoas da marginalidade e da exclusão. *Econômico*, porque no Brasil existem muitos assentamentos rurais que através de suas cooperativas representa um negócio lucrativo e com geração de renda. *Político*, porque com uma casa e um lote de terra as pessoas podem conquistar seus direitos e exercer sua cidadania.

2.1.2 Os Assentamentos de Reforma Agrária

Carvalho (1999, p. 59) traz uma definição pertinente do que é assentamento. Segundo ele: “uma área geograficamente delimitada, que compreende um grupo de famílias beneficiadas por programas governamentais de reforma agrária”. É válido ressaltar que o governo federal estabelece condições legais de posse e uso da terra. Leite *et al.* (2004, p. 258) falam sobre a importância dos assentamentos para a população carente.

[...] a criação dos assentamentos possibilitou, para uma população tradicionalmente excluída e que enfrentava no momento anterior uma instável e precária inserção no mundo do trabalho rural/agrícola, uma importante alternativa e oportunidade de trabalho, especialmente para os segmentos de baixa escolaridade, como é o caso da população assentada, os assentamentos representam a possibilidade de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote, complementarmente lançando mão de outras fontes de renda e de trabalho fora do lote. Atuando como um amparo frente às agruras das formas por meio das quais vem se dando o desenvolvimento econômico, servem como proteção social, resolvem o problema de moradia e permitem a inserção no mercado de trabalho.

Apesar da formação de assentamentos rurais representar uma política pública importante, uma crítica em especial tem sido feita acerca da Reforma Agrária e a política de assentamentos rurais. Trata-se do fato que a maioria das desapropriações feitas no país ocorre com a indenização dos proprietários a preços que incluem a especulação imobiliária. O Estado compra as terras dos latifundiários e repassa para os pequenos agricultores, que deverão também pagar pela terra adquirida em pequenas parcelas realizadas em longos anos. Refletindo um pouco sobre esses aspectos, nos parece que a Reforma Agrária a qual deveria ter fins sociais prioritários, tem um perfil econômico muito forte. A negociação feita para compra e venda desses lotes é o que Miralha (2006, p. 163) diz não se classificar como Reforma Agrária e sim “negócio agrário”.

Segundo Leite, Herendia; Medeiros... [et al.] (2004), os assentamentos rurais representam o resultado de lutas pela democratização do acesso a terra no Brasil. De acordo com os autores existem mais de cinco mil assentamentos espalhados por todas as regiões do país. Em suma, são dados positivos, mas requerem algumas reflexões. Como se encontra a estrutura desses assentamentos e conseqüentemente os assentados? Como já foi dito anteriormente não basta apenas distribuir terras e relacionar essa ação a uma política de Reforma Agrária. É preciso ter medidas mais significativas em prol à vida e permanência desse assentado dentro da área rural. França e Sparovek (2005, p. 86) falam sobre a qualidade de vida no assentamento. Segundos os autores:

[...] A qualidade aparece discutida no interior de pontos de tensão enfiados nos campos econômicos e político, nos quais os assentamentos aparecem muitas vezes em posição de subalternidade, o que não afasta sua presença ativa e a perspectiva de desenvolver estratégias mais ou menos coerentes com possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar.

Com a modernização do campo, a agricultura se transformou muito nos últimos anos. Está cada vez mais mecânica e menos manual. Porém, estes aspectos ainda não dizem respeito a pequenos assentamentos rurais, que sem quase nenhum investimento tenta-se produzir alguma coisa. Em muitos

pequenos assentamentos rurais a agricultura de subsistência é predominante, ou seja, o que é produzido é para o sustento da própria família sem fins lucrativos. Evande diz (2001, p.53) “agricultura familiar se assenta no trabalho que permanece de base familiar e tem como objetivo a reprodução da família”.

Acerca da criação de assentamentos rurais no país, algo pertinente a este respeito é que são distribuídos lotes de terras, mas muitas vezes não são garantidos condições de vida dignas dentro do assentamento. Uma das consequências disto é o contínuo deslocamento de pessoas para o meio urbano e para as áreas metropolitanas em busca de novas oportunidades de trabalho e de vida, o que implica a continuidade de pressões adicionais sobre o mercado de trabalho urbano advindas dos impasses do trabalho rural (REZENDE, *et al.*, 1997).

De acordo com Segundo e Fernandes (2014, p. 36), a criação de assentamentos rurais no Brasil está sendo confundida como a reforma agrária em si. Segundo os autores:

Nas últimas décadas os atos de desapropriação de terras e assentamentos de famílias de trabalhadores rurais vem sendo encaradas como uma reforma agrária do Estado. Ações como essa, em muito divergem do verdadeiro sentido da reforma agrária contida no Estatuto da Terra, bem como aquela idealizada pelo trabalhador rural sem-terra. Quando se reduz a reforma agrária, apenas a isso, que na verdade servem como medida paliativa em resposta a pressão dos movimentos sociais.

Segundo Costa (2005) em estudo realizado pela mesma, fez um levantamento do total de assentamentos rurais no Estado do Rio Grande do Norte. Foi constatado que o estado conta com 167 municípios e existem assentamentos em 60 cidades. Ainda segundo a autora, até 2002 eram 232 assentamentos contemplando aproximadamente 15.447 famílias. Em 2004 esse número aumentou para 243 assentamentos e o número de famílias beneficiadas passou a ser 23 mil. Estes dados são importantes e reforçam a necessidade de investir ainda mais na ampliação de mais assentamentos, assim como na infraestrutura dos mesmos e na qualidade de vida dos

assentados. Costa (2005, p. 88) explica como acontece a criação dos assentamentos rurais dentro do estado.

A criação de assentamentos rurais no estado obedece a critérios nacionais previamente estabelecidos pelo INCRA, que consiste das seguintes etapas: vistoria, desapropriação, emissão de títulos, relação e cadastramento dos agricultores contemplados, liberação de créditos e transferência de posse para os beneficiários.

Segundo a autora, a criação de assentamentos no estado se intensificou mais a partir de 1990, e isso se deu através de várias reivindicações e lutas de movimentos sociais e, sobretudo do Movimento Sem Terra – MST. A implantação de novos assentamentos nesse contexto serve como uma medida para amenizar ou até mesmo conter os movimentos promovidos por esses grupos e as tensões que também são constantes nesse embate. (COSTA, 2005)

De acordo com documento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra os números divulgados pelo governo federal sobre assentamentos são irreais e superestimados. As reivindicações do MST continuam firmes em todo o país, e sua luta é o que determinou inúmeras vitórias para os agricultores rurais no Brasil. (MST, 2002).

É inegável o quanto é importante para essas famílias receberem suas próprias terras e buscar formas de viver adequadamente, dignamente. Porém, foi dito quase todo capítulo e defendido por diversos autores que não é somente a entrega da terra que representa a reforma agrária. Nossa pesquisa de campo aconteceu no Assentamento Casqueira I, localizado no município de Areia Branca/RN. O assentamento foi criado em 1997 e 60 famílias foram beneficiadas. Porém, inicialmente não foi dado nenhum suporte para que os agricultores tivessem uma qualidade de vida em suas áreas. Isso porque, as famílias foram morar no assentamento que não tinha luz elétrica, a água distribuída por carros pipas em cisternas para o consumo de 15 dias não era suficiente nem para a metade desse tempo. No restante dos dias, as famílias viviam a escassez da água. No assentamento não existia escola e nenhum suporte para a agricultura.

Atualmente, a comunidade possui luz elétrica, o abastecimento de água continua não sendo o ideal e é feito ainda através de carros pipas, porém em uma quantidade maior. As crianças da comunidade estudam em uma escola no assentamento vizinho, em Casqueira II, existe ônibus para levar as crianças até a instituição escolar, e após a criação da Associação dos Moradores do Assentamento, vários assuntos ligados à agricultura, créditos bancários, benefícios do governo, etc. foram reivindicados e atendidos. A comunidade está longe de ser ideal; os assentados lidam com inúmeros problemas que os impedem de ter a qualidade de vida desejada. Porém, inicialmente eles não tinham “quase nada” e só conseguiram o que possuem atualmente graças a continuas reivindicações.

Ao beneficiar uma família que não tinha onde morar, ou morava em condições precárias com uma casa e um lote de terra faz com que esta ação tenha cunho, sobretudo social. A criação de assentamentos rurais faz com que também diminua o verdadeiro “inchaço” urbano. As migrações que começaram no período do surgimento das indústrias (indústrias têxtil, metalúrgicas e automotivas, etc.) se amenizaram bastante nos últimos anos, porém ainda existem muitos camponeses migrando pra grandes centros em busca de emprego e estabilidade financeira. Romeiro (2002, p. 131) explica: “Ampliar as oportunidades de emprego no campo, de modo a reduzir a pressão da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho urbano-industrial”. Ou seja, quando o campo não está dissociado do meio urbano e quando políticas públicas atendem e melhoram a qualidade de vida no meio rural, os centros urbanos deixam de receber esta demanda.

2.2 ANÁLISE DOS ASPECTOS INFRAESTRUTURAIS DA COMUNIDADE CASQUEIRA I

2.2.1 Estrutura Física do Assentamento em sua Fundação

Os atuais moradores do Assentamento Casqueira I, situado no município de Areia Branca/RN inicialmente eram residentes de lotes de terras próximos de onde é o assentamento existe atualmente. Esses lotes eram situados em uma localidade isolada e sem infraestrutura para moradia, não existia luz elétrica e não tinha água.

Alguns poucos moradores se reuniram e decidiram por iniciativa própria “capinar” (retirada de matos) de uma grande área e construir casas de “taipas”. A intenção nessa ação era que através de reivindicações desse grupo de moradores, houvesse a criação de um assentamento rural. Os moradores, apesar da precariedade de seus recursos, eram organizados e conscientes de seus direitos começaram a procurar órgãos responsáveis para a construção das casas e infraestrutura do assentamento. Tsukamoto e Asari (2003, p. 485) falam que essa forma é bastante realizada como forma de pressionar os órgãos competentes. De acordo com as autoras:

O processo de assentamento se dá por etapas, uma vez que há muitas famílias na lista dos interessados em conquistar um pedaço de terra. Até a conquista da sua terra, há que se passar pela fase de acampamento, onde ocupam a terra improdutiva ou se instalam à margem dessa propriedade para pressionar às autoridades competentes, no caso o INCRA, na agilização da negociação e posteriormente na demarcação e distribuição dos lotes.

O acampamento aconteceu no ano de 1995. Os acampados passaram dois anos nessa área. Viviam com suas famílias, mesmo sem água e sem luz elétrica. As dificuldades eram várias, porém todos estavam empenhados em lutar pelos seus direitos de adquirir uma casa, um pedaço de terra e assim ter uma vida mais digna. Bergamasco e Norder (1996, p. 7-8) trazem uma definição muito pertinente sobre assentamento rural e alguns aspectos ligados a esta luta. De acordo com os autores:

O termo assentamento é utilizado desde a década de 1960 na América Latina. Para os autores: Os assentamentos surgem da luta dos trabalhadores rurais sem-terra. O termo “assentamento” apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países. De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e vida comunitária.

Em 1997, os moradores conseguiram finalmente o direito a posse da terra e foi dado início a construção das casas e, conseqüentemente, a criação do assentamento. Houve grande alegria por parte dos moradores que após dois anos de espera conseguiram a posse da terra legalmente. Porém, a luta por direitos permaneceu por mais alguns anos e continua até os dias atuais. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA construiu e entregou casas, fez a divisão dos lotes para os posseiros e quem estava na área teve prioridade. Apesar da vitória em conquistar as residências e a terra legalmente, existia um longo caminho rumo aos demais direitos a serem adquiridos. O assentamento foi construído, porém ainda não tinha energia elétrica e a distribuição de água era feita de maneira muito precária.

Ter luz elétrica e água são dois aspectos de constante luta para os assentados. Em se tratando da energia elétrica, sabemos que é um dos fatores importantes que motivam o desenvolvimento local. O acesso à energia elétrica é um direito básico de todos os cidadãos. A energia elétrica é necessária para o bem-estar de qualquer ser humano. O acesso permite, além da possibilidade de uso doméstico, maior inclusão social e aumento da qualidade de vida e, no meio rural, a eletricidade está associada no aumento da produtividade agrícola (RIBEIRO; SANTOS, 1994).

Com relação ao abastecimento da água, é considerado atendimento precário o fornecimento de água por rede e poço ou nascente; a parcela de domicílios que não possui canalização interna; recebe água fora dos padrões

de portabilidade; passa por longos períodos de racionamentos; uso de cisterna para água de chuva, ou quando é distribuído em quantidade insuficiente para a proteção à saúde e utilização de reservatório abastecido por carro pipa (PLANSAB, 2013).

Depois desse conceito de Plansab (2013) entendemos que o abastecimento de água na comunidade de Casqueira I, desde sua fundação, foi realizado de maneira precária. Já que até os dias de hoje, o abastecimento tem sido através de carro pipa e ainda de forma insuficiente.

Os moradores do Assentamento Casqueira I afirmam que o serviço das casas foi feito inadequadamente e com materiais de qualidade duvidosa. Cada casa deveria ter um banheiro estruturado com uma caixa de água. Mas, os recursos destinados para a conclusão das casas acabou, sendo assim as caixas de água que seriam colocadas no banheiro não foram realizadas e cada morador usou a caixa como cisterna para armazenamento de água. Na época, a água era distribuída por carros pipas e deixada nas caixas de água, porém a distribuição era feita duas vezes por mês. Uma caixa de água relativamente pequena tinha que ser suficiente para consumo durante 15 dias. Uma missão quase impossível.

Foram construídas 38 casas, ou seja, 38 famílias foram beneficiadas. Além dos moradores que já estavam acampados no local antes da implantação do assentamento, outras famílias que viviam em lotes próximos da área também conseguiram ganhar uma casa. Além das casas dentro do assentamento, cada família conseguiu também um lote de terra para a agricultura e criação de animais. Inicialmente não existia orientação quanto à agricultura, não tinha empréstimos disponíveis ainda e os moradores não tinham recursos para plantar. A figura 1 a seguir mostra a estrutura original do assentamento antes das reformas acontecerem.

Figura 1- Vista Panorâmica do Assentamento Caqueira I



Fonte: Acervo da autora, 2004.

Quase um ano após a criação do assentamento começou o fornecimento de energia. A **Figura 1** acima mostra como a comunidade foi organizada. Nesse ano, ainda não existia cisternas para armazenamento, isso só ocorreu através de um projeto por volta dos anos 2000. O abastecimento era feito por carros pipas e armazenado em tambores, caixas acrílicas, etc.

Uma das primeiras medidas tomadas pelos moradores foi organizar uma associação. Agora que o assentamento foi construído e os mesmos tinham legalmente a posse da terra, foi finalmente criado a Associação dos Moradores do Assentamento Casqueira I. Com a oficialização da associação se tornou mais eficaz as reivindicações feitas pelos assentados. Mesmo com a criação do assentamento e a entrega das casas, as lutas por melhorias continuavam. Tsukamoto e Youko (2003) dizem: “A luta para a conquista da terra é árdua mas o processo de territorialização não se encerra até que se crie a infraestrutura necessária e se organize social e produtivamente”.

2.2.2 A Estrutura da Comunidade nos Dias Atuais

Em 1997, ano da fundação oficial do assentamento, foram criadas 38 residências e entregues a 38 famílias. Em 2019, 22 anos após a implantação existem na comunidade 60 residências. Esse aumento deve-se ao fato de que os filhos dos assentados casaram-se e construíram uma casa ao lado da residência titular. A construção dessas novas casas não foi feito através de

recursos públicos e sim construídas por recursos próprios. Observa-se que existem até 4 casas em um único terreno. A família do filho (a) do assentado que reside próximo à casa do titular chama-se dentro da comunidade de “agregados”. Eles podem ocupar a terra de seus pais, mas não possuem direitos legais a ela.

Fazendo uma comparação dos dias atuais com a infraestrutura da comunidade em sua fundação, são notáveis algumas “melhorias”, não só na parte estrutural, mas, conseqüentemente na qualidade de vida dos assentados. Desde 2006 existem cisternas coletivas para o armazenamento de água. Ainda não é o ideal, e o fornecimento continua causando reclamações aos moradores, porém houve melhoras com relação à quantidade de água distribuída durante o mês.

Outra iniciativa importante foi a construção da quadra de esportes no assentamento. A quadra foi um projeto realizado através da Prefeitura Municipal de Areia Branca que atendeu principalmente as reivindicações dos jovens que gostariam de praticar esportes e ver nesta política pública uma forma de entretenimento e lazer. Dumazedier (2000, p.34) diz:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Na **figura 2**, uma importante conquista para os assentados. A quadra de esportes foi uma reivindicação atendida pela Prefeitura de Areia Branca.

Figura 2 - Quadra de Esportes do Assentamento Casqueira I



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Em 2011 foi construído um local onde funcionaria um curso de informática. Durante algum tempo, paralelo ao curso, este espaço era usado para reuniões da associação dos moradores. Em 2018 através de uma reivindicação da associação para Petrobrás foi conquistado recursos para a construção de uma sede própria. Além da construção da sede a Petrobrás disponibilizou recursos para reformas nas casas, compra de um trator para a comunidade, e cada assentado recebeu um valor em dinheiro. Esses recursos foram disponibilizados porque uma área coletiva do assentamento foi usada pela empresa produtivamente.

Figura 3 - Sede da Associação de Moradores



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Figura 4 - Sede da Associação para atendimento do PSF



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Houve a construção de uma escola para atender as crianças da comunidade. Para entender melhor esse contexto é preciso explicar que no mesmo ano em que foi construído o assentamento Casqueira I, foi feito também dois assentamentos de localidade próxima. Trata-se do Assentamento Casqueira II e Assentamento Santos Reis. A Escola Municipal Josimar Soares de Carvalho foi construída no assentamento Casqueira II porque atendia estrategicamente os alunos das comunidades mais próximas. A prefeitura de Areia Branca forneceu ônibus escolar para diariamente levar as crianças para escola.

De acordo com Dalmagro (2010), a escola dentro do assentamento deve preparar as crianças para o trabalho no meio rural. O professor em suas aulas deve dar importância aos conhecimentos prévios dos alunos, deve-se, sobretudo usar contextos que os façam fazer associação ao seu cotidiano. O ensino deve partir da prática e levar ao conhecimento científico da realidade. Por todos esses fatores, o ideal seria que os professores também fossem da própria comunidade. Gehlen (1991, p. 520) argumenta:

A expropriação dos camponeses significa igualmente a expropriação de seu saber, do exercício de sua profissão, de sua gestão, de sua cultura, de seus valores de referência, de suas relações afetivas [...] porque a reconquista da terra com a possibilidade de participação ativa na escolha e na gestão do modelo de instalação representa uma condição de recuperação

e mesmo de ampliação de seu saber. Nesse sentido, a reforma agrária se torna uma escola aberta.

Outro aspecto positivo dentro da comunidade é o acesso à internet. Isso só foi possível recentemente e foi muito importante para todos do assentamento. Ainda é reduzido o total de moradores que possuem computadores, porém grande maioria usa a rede wi-fi no aparelho celular, sobretudo para acessar as redes sociais e, também, para se comunicar com parentes e amigos distantes.

Vivemos em uma sociedade digital. Os assentamentos rurais não poderiam ficar fora desse processo. A Internet representa um apoio ao processo de construção do conhecimento. Através da mesma, áreas longínquas se tornam próximas. Mas, esse mecanismo não só aproxima pessoas; a internet auxilia na educação, cultura, nos negócios, pequenas e grandes tarefas podem ser feitas através de um toque no celular. Isso significa dizer, que uma transferência bancária pode ser feita em casa sem precisar que o assentado tenha que se deslocar até o centro da cidade. Sendo assim, a internet na comunidade significa interatividade e comodidade. (CEBRIAN, 1999).

Figura 5 - Vista Panorâmica do Assentamento Caqueira I



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Fazendo uma comparação dessa imagem com a fotografia tirada em 2004 podemos observar que as casas passaram por muitas reformas. Isso

aconteceu mais intensamente em 2018, quando a Petrobrás liberou um recurso especificamente para reformas das residências, construção da sede, compra de tratores, além a empresa petrolífera quitou todos os empréstimos dos assentados, ou seja, desde o ano passado nenhum assentado, exatamente os 32 titulares que receberam os títulos da terra em 1997, não possuem mais dívidas no banco. Outro ponto a ser mencionado é que o valor destinado para as reformas dependia do valor da dívida contraída pelo posseiro. Consequentemente, se o mesmo tivesse um valor alto de empréstimos, o valor da reforma seria reduzido.

Figura 6 - Casa da comunidade que ainda possui estrutura original



Acervo da autora. 2019.

Na **figura 6** observamos uma casa que tem ainda uma estrutura original. O dono da casa preferiu reformar a casa localizada no lote de terra, onde se localiza também o plantio.

Figura 7- Casas reformadas após liberação de recursos



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Para entender melhor o porque de recursos fornecidos pela empresa é preciso saber que a Petrobrás usou um lote de terra referente a uma área coletiva do assentamento. Essa área foi detectada com petróleo, sendo assim a empresa indenizou os assentados com recursos distribuídos em projetos: reformas, quitação de dívidas, compra de trator, construção da sede e um valor em dinheiro para cada assentado.

Figura 8 - Vista Panorâmica do Assentamento Caqueira I



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Na figura 8, podemos observar as mudanças nas residências após o projeto de reformas que vem acontecendo desde o ano passado. A maioria das residências atualmente, possui muros, houve também ampliação das casas, trabalho de reboco, pintura, cerâmica, etc. é válido ressaltar que essas reformas foram destinadas apenas para as 38 casas construídas originalmente no assentamento. As demais casas dos agregados não foram beneficiadas com o recurso.

Figura 9 - Vista Panorâmica do Assentamento



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Figura 10 - Galpão onde fica o trator da comunidade



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Apesar das vitórias conquistadas, ainda existe algumas lutas a serem vencidas. Uma delas é a questão da água. O abastecimento continua sendo feito através de carros pipas e mesmo com o aumento da quantidade de água distribuída, ainda assim, não é suficiente. A Petrobrás criou um projeto para a criação de um poço de água para a comunidade. O poço chegou a ser instalado, mas houve um problema de vazão de óleo. Foi chamado a CAERN e representante da prefeitura de Areia Branca para avaliar os custos para o conserto, porém a CAERN deferiu que o valor para a manutenção seria muito alto e que para a empresa obter lucros com as contas mensais dos moradores era preciso expandir o poço não só para o Assentamento Casqueira I, mas para os assentamentos vizinhos. Passando o caso para a prefeitura, a mesma analisou que os custos da manutenção seriam muito elevados, inviabilizando o projeto, pelo menos temporariamente. Essa questão ainda é luta entre os moradores que aguardam um dia ter êxito nesse aspecto.

Outra reivindicação importante da comunidade atualmente é sobre a criação de um posto de saúde dentro do assentamento. Existe o Programa Saúde da Família (PSF) e uma vez por mês tem atendimento médico, uma enfermeira e uma dentista. O atendimento acontece na sede da associação de moradores e conta com a ajuda da agente de saúde da comunidade que é responsável pelo agendamento, encaminhamentos, etc. Segundo os próprios moradores, o atendimento não é bom, porque o local não possui recursos adequadas para as consultas e o atendimento feito uma vez por mês é insuficiente para os assentados. Ainda assim, existe outro agravante, muitas vezes por motivos diversos não existe atendimento. Existem postos de saúde no centro da cidade, porém nem todos possuem transporte para a locomoção, e assim é preciso ter recursos financeiros para custos com o transporte. A criação de um pequeno posto de saúde na comunidade é uma reivindicação bastante pertinente tendo em vista que a Constituição Federal garante saúde para toda a população brasileira. Segundo o artigo 196 da Seção II:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Concluindo esta parte do trabalho, em 1997 os moradores tiveram o direito à terra, cerca de um ano depois a luz elétrica e como vimos no decorrer do capítulo gradativamente direitos foram garantidos. Porém, a luta por água e por uma saúde melhor atendida ainda são pautas de reivindicações. Esperamos que nos próximos anos esses aspectos também sejam atendidos.

2.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

2.3.1 Principais fontes de renda do Assentamento

A pesquisa realizada na comunidade com todos os moradores nos permitiu ter uma visão bastante abrangente e ao mesmo tempo mais aprofundada sobre aspectos socioeconômicos dentro do assentamento. Com a pesquisa de campo e nossos conhecimentos empíricos podemos destacar as principais fontes de renda dos assentados de Casqueira I, no município de Areia Branca/RN.

A agricultura permanece sendo uma atividade econômica importante na comunidade. Como dito anteriormente, todos os moradores possuem além das residências entregues no assentamento, um grande lote de terra para o cultivo da agricultura. Sendo assim, observamos que os principais plantios são feijão, melancia e milho. Em períodos específicos existem os cultivos do caju e acerola. Após colheita os cultivos são vendidos principalmente no mercado central da cidade ou vendidos a pessoas de outras cidades. Apesar de não considerarmos uma lucratividade muito significativa no contexto analisado, a agricultura representa a identidade do homem do campo e responsável por uma renda extra, importante para os mesmos.

De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar foi assim definida:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas

coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4

(quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³

(quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Criação de animais também é uma importante atividade econômica na comunidade. Muitos que lidam com a agricultura (lavoura), paralelo a isto também criam animais. Hoffman (2011, p. 6) diz: “Como é usual, emprega-se, aqui, o termo “agrícola” para designar as atividades de produção agropecuária, incluindo tanto as lavouras como as criações”. Os assentados possuem criação principalmente de ovinos e caprinos.

Através da pesquisa de campo realizada, constatamos que todos os assentados que são posseiros titulares e estão na comunidade desde a sua fundação, atualmente possuem o benefício da aposentadoria. No assentamento essa é uma importante renda para os moradores e representa uma forma de sustento de suas famílias. É válido ressaltar que os assentados possuem uma forma específica para obter a aposentadoria, segundo decretado no art. 48 da Lei n.º 8.213/91:

a aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida na lei em questão, completar 65 anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher. No entanto, o § 1o do mesmo artigo assevera que esses limites

são reduzidos para sessenta e cinquenta e cinco anos no caso de trabalhadores rurais, respectivamente, homens e mulheres.

Observamos que quem trabalha na lavoura e na criação de animais são os moradores mais antigos, de idade mais elevada e que possuem um histórico desse trabalho desde muito jovem. Porém, poucos filhos estão seguindo os caminhos dos pais e estão procurando empregos formais em indústrias salineiras nos centros urbanos.

Além da aposentadoria fornecida pelo governo, outra renda citada pelos moradores é o recebimento da “Bolsa Família”. Apesar de um valor relativamente baixo, muitos consideram esse auxílio importante para contribuir com as despesas da casa.

2.3.2 Qualidade de Vida dos Moradores: algumas observações

É necessário entender o termo “qualidade de vida”, sendo assim a etimologia do termo qualidade, derivada de “qualis” [latim] que significa o modo de ser característica a alguma coisa. Quando inseridos os aspectos de vida a qualidade, logo entendemos que se refere a algo bom e positivo (SANTIN, 2002).

Alguns aspectos influenciam decisivamente para a qualidade de vida dos moradores, tais como: uma infraestrutura adequada, saúde, educação, lazer, dentre outros. Como foi dito anteriormente o assentamento passou por diversas melhorias desde sua fundação, isso com certeza teve consequências positivas para o modo de vida dos mesmos.

A comunidade conta com quadra de esporte o que contribui para a prática de atividades esportivas e para o lazer dos moradores, principalmente os mais jovens. Os serviços de comunicação (correio) funciona, porém alguns moradores reclamam da demora em entregar as correspondências. Os serviços de internet também funcionam e grande maioria dos assentados já possui rede wi-fi. Outro aspecto repercutiu com melhoras significativas para os moradores foi a construção de uma escola no Assentamento Casqueira II que atende as crianças do Assentamento Casqueira I. O direito a educação foi

uma luta importante dos assentados, porém o acesso à educação foi vencida e os assentados continuam lutando por uma educação de qualidade. Para nós, uma educação do campo tem que ser voltada exclusivamente para os sujeitos envolvidos. Nesse aspecto existem algumas lacunas.

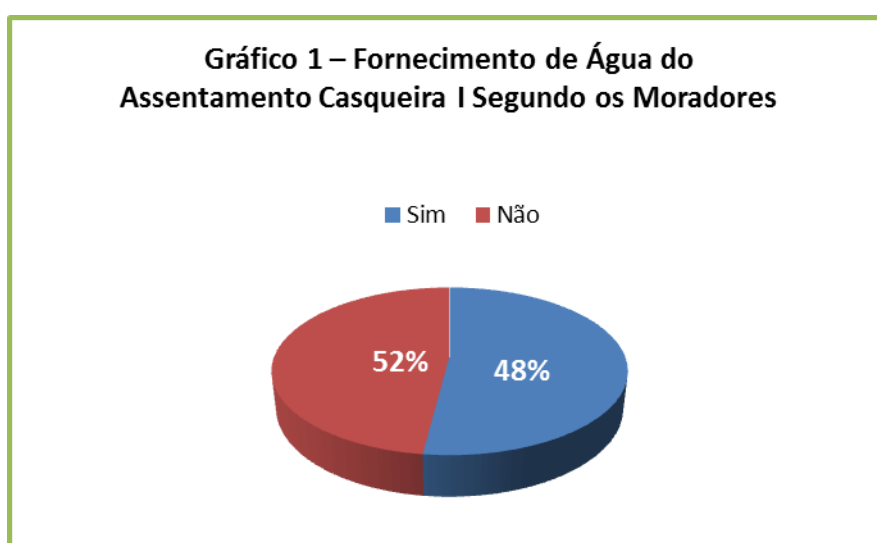
Conversando com os entrevistados, moradores de Casqueira I, muitos relatam que a vida na comunidade só irá de fato melhorar quando houver água encanada e não mais abastecida por caminhão pipa. Outro ponto a ser melhorado é a questão da saúde. Um posto de saúde na comunidade é uma reivindicação antiga entre os moradores, mas até o momento não existe nenhuma posição dos órgãos competentes a esse respeito.

A renda na comunidade é outro fator que interfere profundamente no estilo de vida dos moradores. Com os poucos ganhos obtidos na agricultura, muitos estão a procura de empregos formais em indústrias salineiras na cidade. Muitos sustentam suas famílias através do que ganham na aposentadoria. Os poucos recursos obtidos na renda dos moradores é um aspecto negativo.

Concluindo, vimos que houve muitas melhorias conquistadas dentro da comunidade: Reformas nas casas, implantação da nova sede de moradores, da quadra de esportes, acesso a internet, acesso a educação, maior abastecimento de água, dentre outros. Muitos avaliam como positivo suas vidas dentro do assentamento, apesar disso, aspectos como água, saúde e renda são fatores que preocupam os moradores de Casqueira I.

3 ASPECTOS INFRAESTRUTURIAS DO ASSENTAMENTO SEGUNDO OS MORADORES

Realizamos uma pesquisa através de aplicação de questionário com 56 moradores, tendo em vista que na comunidade existem exatamente 60 casas e desse total 56 estão ocupadas. O intuito era entrevistar um representante de cada casa. O primeiro assunto abordado foi à questão da água. Perguntamos aos moradores se a água distribuída era suficiente para o consumo de sua família. Como se esperava a partir do conhecimento de algumas reclamações, a maioria acha que a água não é suficiente. Segue resposta dos entrevistados:



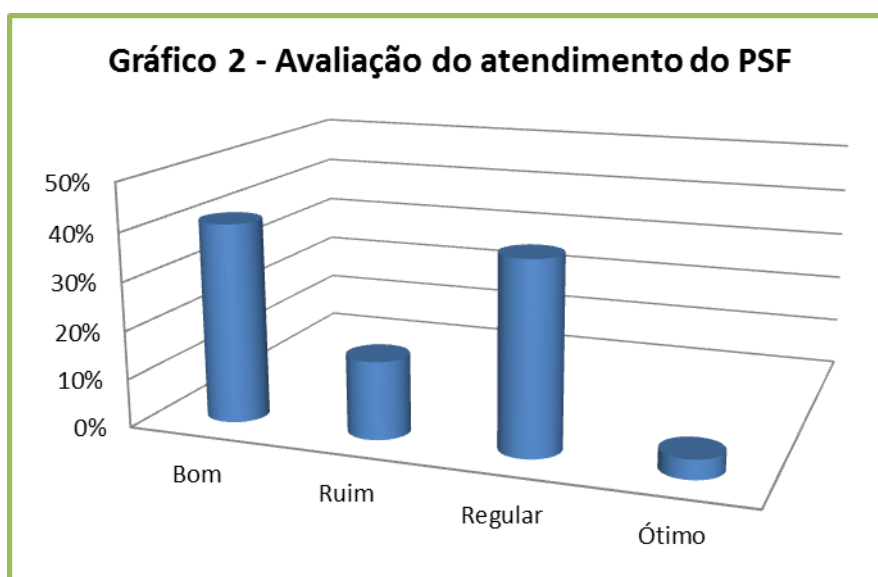
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Quando questionados sobre as melhorias que mais são necessárias na comunidade, os entrevistados responderam mais de uma opção. As mais citadas foram segurança, saúde e lazer.

Com relação à educação, como já foi mencionado, a Escola Municipal Josimar Soares de Carvalho é situado no assentamento vizinho e atende os alunos de Casqueira I e comunidades vizinhas. Perguntamos se os moradores estavam satisfeitos com a educação de seus filhos e a resposta foi unânime, todos responderam que “sim” e parecem estar satisfeitos com a localização da escola.

Em nossa pesquisa foi possível saber que o número de agregados é maior do que assentados, eles representam 55% dos entrevistados.

O tema saúde significa uma reivindicação dos moradores, que gostariam de ter um pequeno posto de saúde dentro do assentamento. Enquanto essa reivindicação não é atendida os moradores contam com o programa PSF (Programa Saúde da Família). O programa conta com um médico e uma dentista que atende os moradores uma vez por mês dentro da sede dos moradores. Segue avaliação dos moradores sobre o atendimento:

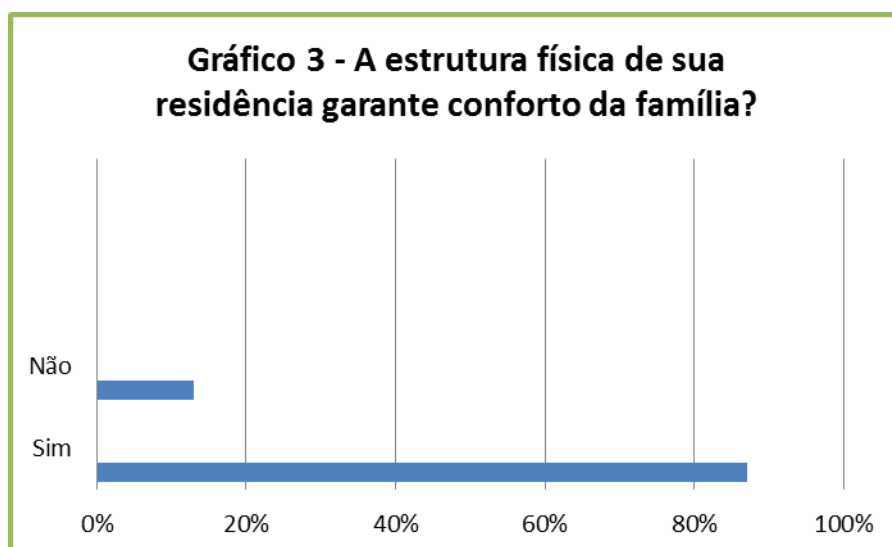


Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Uma das principais reclamações dos assentados é que a consulta realizada somente uma vez por mês é insuficiente e que acontece muitas vezes dos médicos faltarem nos dias programados para o atendimento.

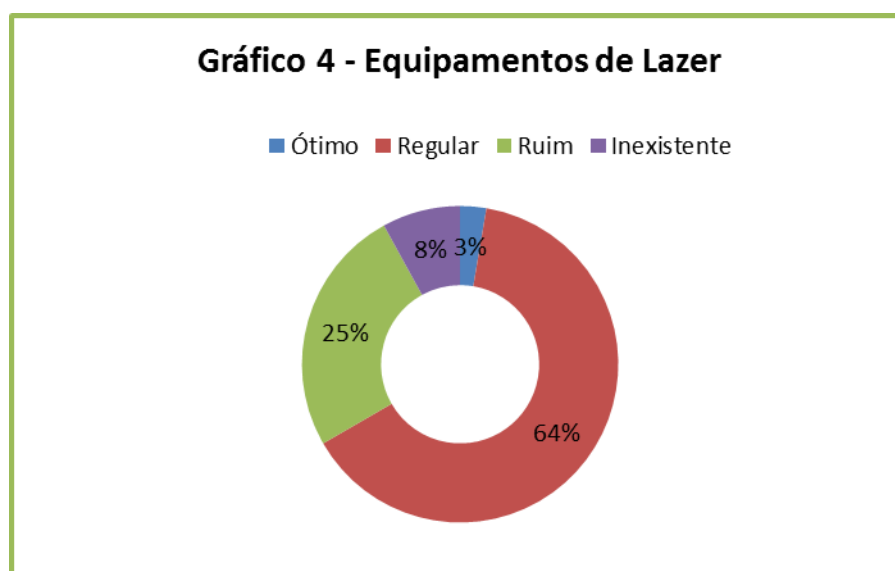
A questão ambiental foi um assunto tratado nas entrevistas. Perguntados sobre o destino do lixo, os 56 entrevistados disseram que o lixo de suas residências é recolhido pelo caminhão responsável. Porém, observando a comunidade é evidente que nem todos armazenam os resíduos de maneira adequada para o recolhimento, muitos ainda jogam o lixo em área coletiva ou em terrenos baldios.

Quanto à estrutura física das casas, perguntamos se as casas garantem o conforto de sua família. A maioria respondeu que sim. Os entrevistados que responderam que não são confortáveis referem-se aos agregados que não tiveram suas casas reformadas pela liberação de recursos da Petrobrás.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

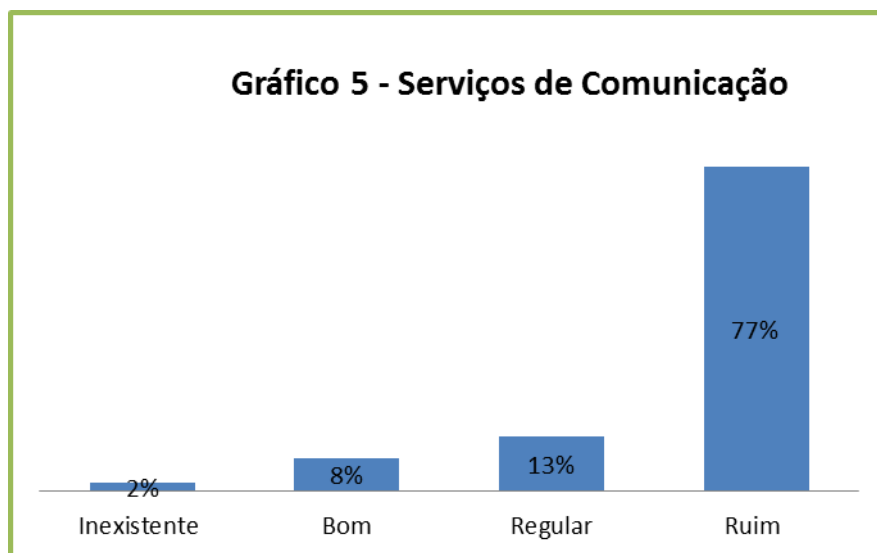
Solicitamos aos entrevistados uma avaliação acerca dos serviços e equipamentos comunitários. Alguns itens foram respondidos como inexistentes, tais como: transporte coletivo e creche. Segue os demais resultados:



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

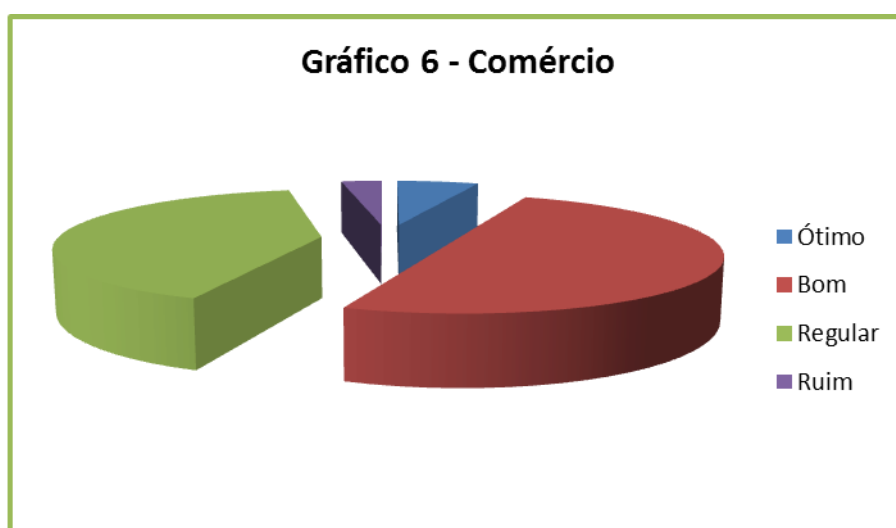
A única estrutura de lazer existente na comunidade é uma quadra de esportes, que é usada pelos jovens para a prática de esportes. Conversando com os moradores, os mesmos citaram que gostariam que fosse construída

uma praça no assentamento; segundo eles, seria uma infraestrutura de lazer importante, sobretudo na interação entre os jovens.

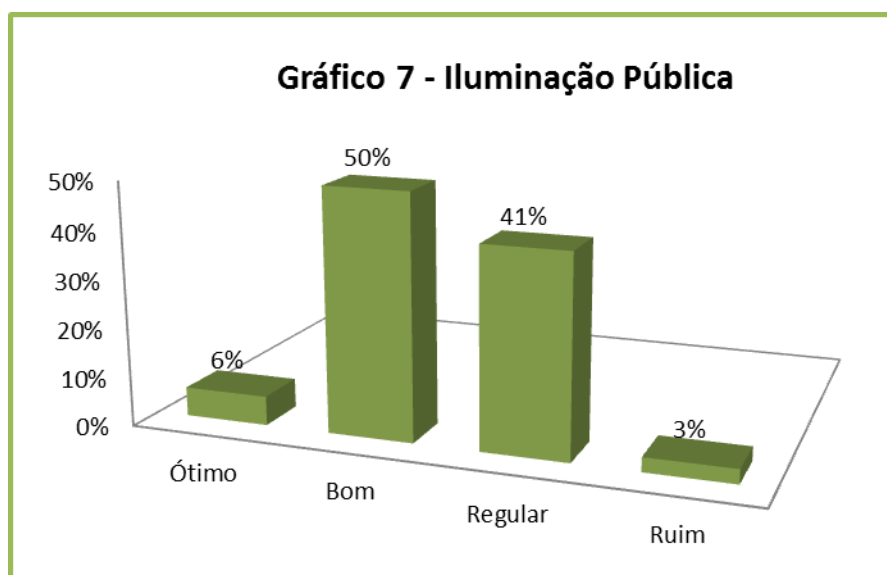


Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

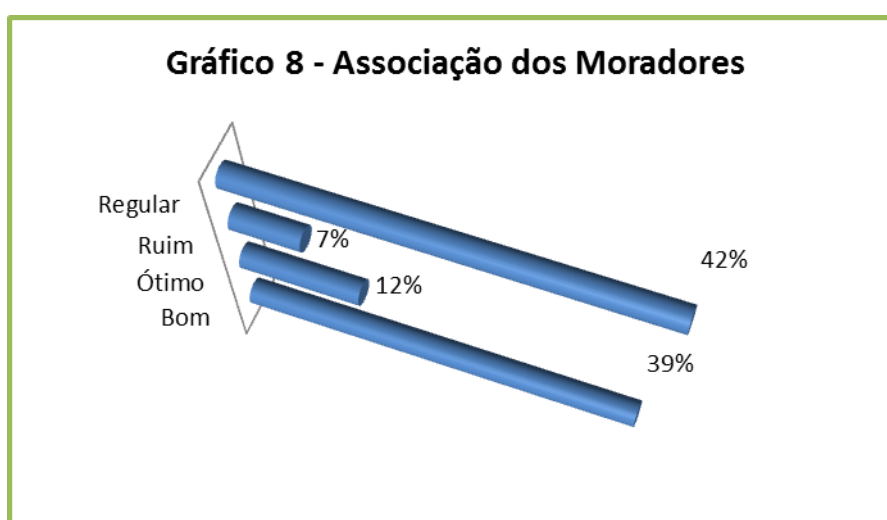
O motivo de um índice tão expressivo do gráfico 5 deve-se ao fato do serviço de entrega dos correios. Muitos moradores alegam que recebem as correspondências com muito atraso e isso acarreta em incômodos principalmente nas faturas bancárias.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

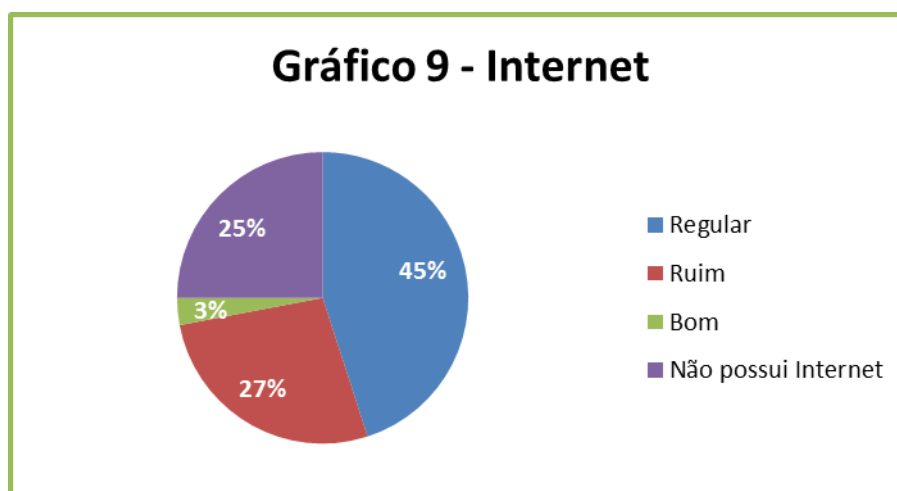


Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

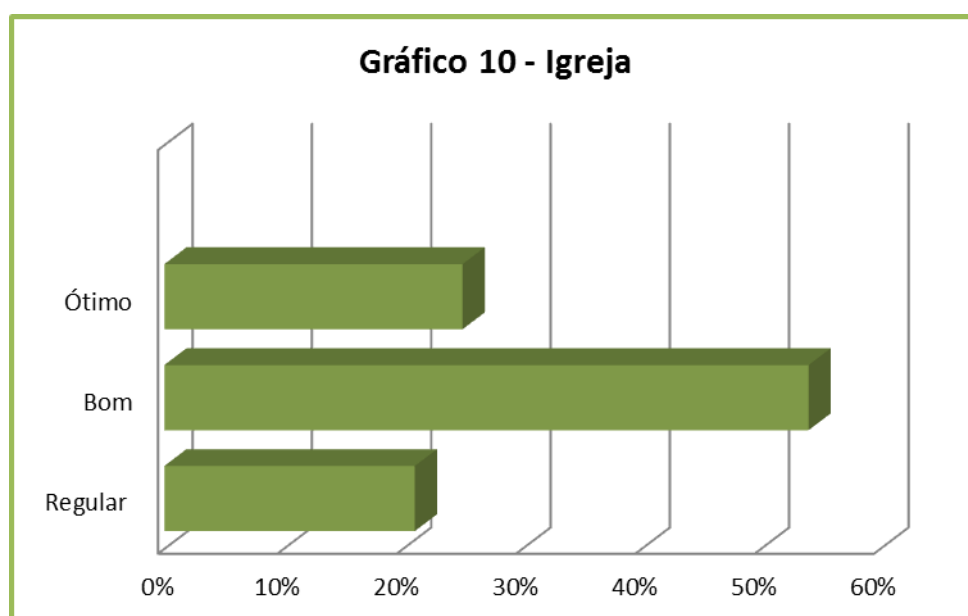


Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

A maioria dos moradores possui rede wi-fi em suas casas, 75% no total. Mas, uma reclamação entre os moradores internautas é que a velocidade da conexão não é boa. Segue os dados abaixo:

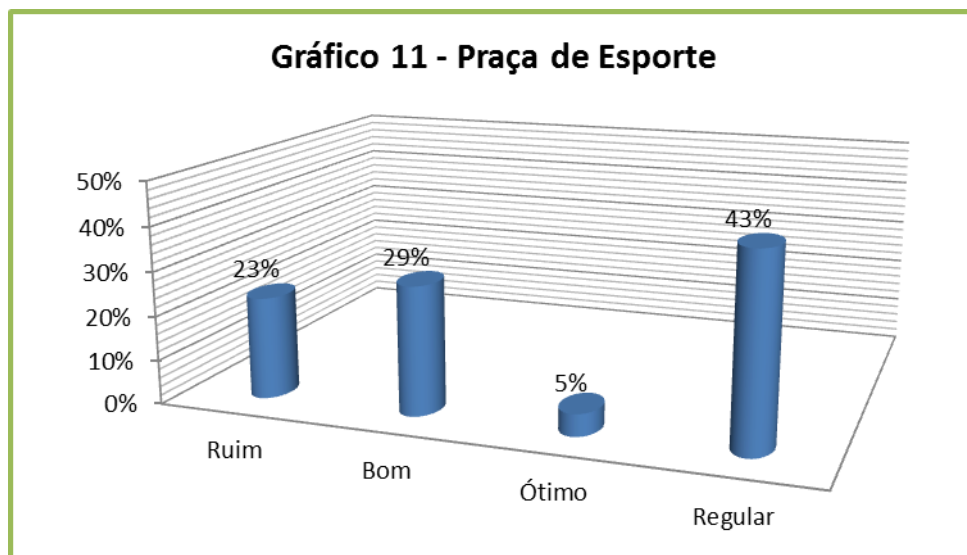


Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

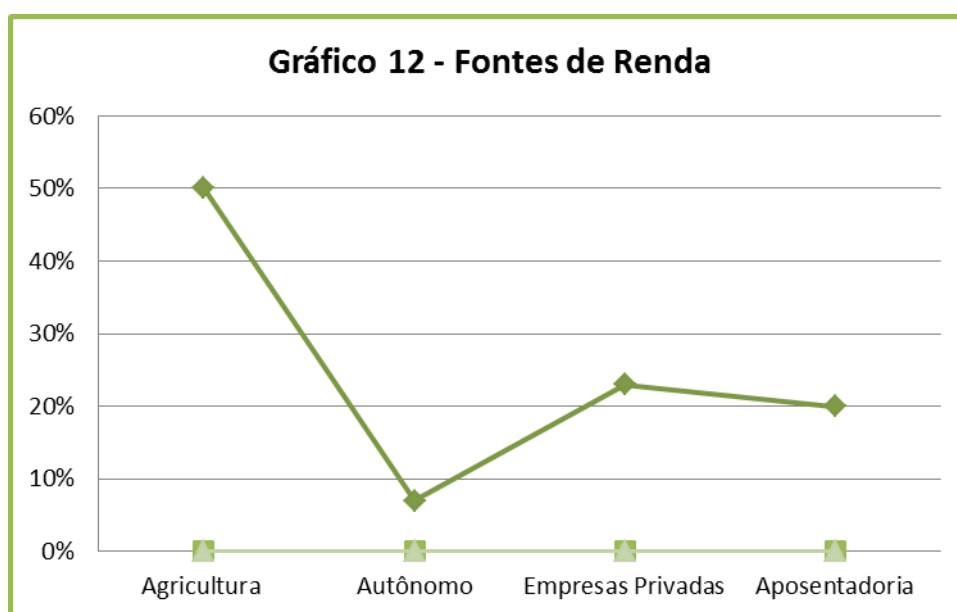


Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

É válido destacar que na comunidade existe uma igreja evangélica, é um projeto entre os moradores católicos construir uma igreja também. Porém no momento as missas católicas são realizadas na sede da associação dos moradores.

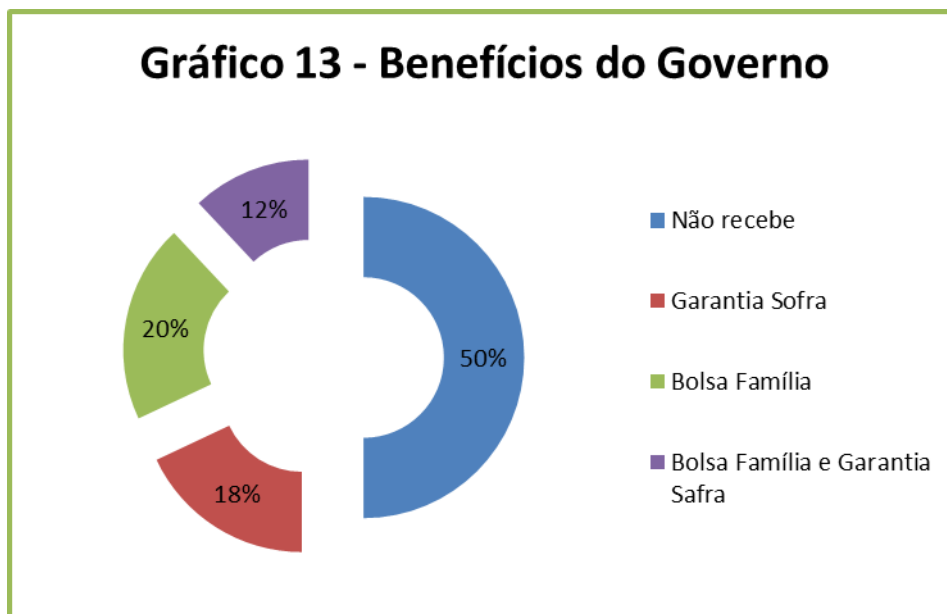


Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Como podemos observar no gráfico 12, a maioria dos assentados respondeu que tem na agricultura uma fonte de renda para o sustento das suas famílias, porém ressaltamos que muitos agricultores com idade acima de 60 anos já são aposentados. Os dados referentes à aposentadoria cerca de 20% destina-se a aposentados que não têm a atividade agrícola como fonte de renda. Ainda sobre fontes de renda segue resultado da pesquisa abaixo:



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Dos benefícios citados na pesquisa, grande maioria citou não receber nenhum deles. O programa Bolsa Família e Garantia Safra são os benefícios mais recebidos entre os moradores, sendo que alguns moradores recebem os dois benefícios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 1995 os assentados lutam por uma vida digna no campo, e ao estudar mais profundamente sobre Reforma Agrária entendemos que esta política está ainda longe do que almeja muitos camponeses e sem terras no Brasil. Muitos avanços ocorreram, porém a reforma agrária da forma como está documentada ainda é um sonho para muitos brasileiros.

Na prática, a Reforma Agrária não está atendendo as demandas necessárias para possibilitar condições de vida ao homem e mulher do campo. Dizemos isso, tendo em vista a criação do Assentamento Casqueira I. Para que houvesse o direito de posse, os moradores montaram um acampamento e durante dois anos esperaram uma decisão dos órgãos competentes. Após esse período houve ainda uma longa espera para que os direitos a luz e água fossem normalizados.

Nesse contexto, acreditamos se tratar de uma falha grave de planejamento de recursos e ações públicas. Um assentamento ao ser criado é preciso “imediatamente” incluir não só a construção das casas; é preciso viabilizar um bom nível de desenvolvimento, garantindo para as famílias assentadas a geração de empregos, a produção de alimentos para a subsistência e obtenção de renda.

O estudo feito através de pesquisa de campo com moradores nos possibilitou ter o conhecimento de que muitos de certa forma acreditam ter uma boa qualidade de vida atualmente. Esse pensamento é muito comum entre os 32 posseiros titulares (fundadores do assentamento), por que para os mesmos a vida que possui hoje é muito melhor do que a árdua vida que tinham no passado. Porém, os moradores de Casqueira I continuam na luta pelo processo de melhorias na infraestrutura e em melhores condições de trabalho e renda. Em pauta, existe a luta por água encanada, um posto de saúde e em formas que possibilitem os mesmos a garantir uma renda mais elevada e assim possa sustentar as suas famílias mais adequadamente.

O presente trabalho foi em suma, importante para nosso crescimento pessoal, acadêmico e, sobretudo profissional, pois estudar mais detalhadamente o assentamento em todos os seus aspectos aliados aos conhecimentos obtidos

na graduação, nos reforça a certeza de que estamos estudando para dias melhores para o homem do campo.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Capítulo II, artigo. 196. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
Acesso em: 15 de julho de 2019.

_____. Lei Nº 4504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, 30 de novembro de 1964. Disponível em: Acesso: 16 de Nov. de 2018.

_____. Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm> . Acesso em: 10 set. 2008.

BUAINAIN, A. M. Et Al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola** – Brasília, DF: Embrapa, 2014.

CARVALHO, Horário Martins de. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: NEAD. 1999.

CEBRIAN, J. L. **A rede: como nossas vidas serão transformadas pelos novos meios de comunicação**. São Paulo: Summus, 1999.

COSTA, Maria José. **Uma leitura geográfica da reforma agrária potiguar**. Natal: UFRN, 2005.

DALMAGRO, S. L. **A escola no contexto das lutas do MST**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, 2010.

DISTRITO FEDERAL, Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm
Acesso em: 23 de maio de 2016.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

EVANDE, Praxedes da Silva. **Agricultura familiar: Um todo indivisível**. IV Colóquio Hispano-Português de Estudios Rurales, Santiago de Compostela. 2001.

FRANÇA, Caio Galvão de. SPAROVEK, Gerd. **Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueria e. **Área do Brasil**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/area-brasil.htm>. Acesso em 06 de junho de 2019.

GEHLEN, Ivaldo. **Terres de lutte et lutte pour la terre: étude sur le mouvement social pour la terre et la réforme agraire au sud du Brésil**. (Terra de luta e luta contra o terrorismo no terreno: estudo sobre o movimento social pelo controle de segurança e reforma agrária no sul do Brasil) Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de Paris-X, Nanterre. 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP> Alinea, 2001.

HOFFMANN, R. **Distribuição da renda agrícola e sua contribuição para a desigualdade de renda no Brasil**. *Revista de Política Agrícola*. Brasília, v. 20, p. 5-22, 2011.

JOSÉ, FILHO, Pe. M. Pesquisa: contornos no processo educativo. In: JOSÉ FILHO, Pe. M; DALBÉRIO, O. **Desafios da pesquisa**. Franca: UNESP - FHDSS, p.63-75, 2006.

LEITE, Sérgio; HERENDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde... [et al.] **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro** - Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, Núcleo de

Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD; São Paulo: Unesp [distribuidor], 2004.

LUZA, Mailiz Garibotti. **Luta pela terra, direitos e latifúndio: a presença de um Estado ausente, da colônia ao Brasil contemporâneo**. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 20, N.1, P. 41-58, JUL./DEZ. 2017.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista Nera – Ano 9, N. 8 – Jan/Jun de 2006.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **A reforma que não existe**. Documento interno. 2002.

OLIVEIRA, Ariosvaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos, e reforma agrária**. Estudos avançados, São Paulo, V. 15. N°43. 2001.

PEREIRA, C. S; BARONE, L.A; HIRÃO, H. **Assentamentos sob perspectiva do planejamento da infraestrutura e das dinâmicas dos equipamentos públicos**. Disponível em:

<https://www.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/sessao1c/assentamentos-perspectiva-planejamento-infraestrutura.pdf>. Acesso em: 12 de novembro de 2018.

PLANSAB. **Plano Nacional de Saneamento Básico**. Ministério das Cidades: Brasília, 172p, 2013

RIBEIRO, Fernando Selles; SANTOS, José Francisco Martins. **Política de eletrificação rural: superando dilemas institucionais**. In: Revista do BNDES, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 131-152, dez. 1994

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. In: SANTIN, S. **Cultura corporal e qualidade de vida**. Kinesis, Santa Maria, v.27, p.116-86, 2002.

SEGUNDO, Maxione do Nascimento França; FERNANDES, Maria José Costa. **Características sócio demográficas do projeto de assentamento Recanto da Esperança em Mossoró/RN**. Duque de Caxias, 2014.

TELES, Marcelo Leandro de Souza. **MST e a luta pela terra no Rio Grande do Norte: Acampamento Cajueiro**. Monografia em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: UFRN, 1999.

TSUKAMOTO, Ruth Youko; ASARI, Alice Yatiyo. **Assentamentos rurais e agricultura familiar: processo de territorialização e perspectivas de auto-sustentação**. Geografia - Volume 12 - Número 1 - Jan/Jun. 2003.

APÊNDICE - QUESTIONÁRIO

Nº. _____

Data: ____/____/____

**ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E INFRAESTRUTURAL
DO ASSENTAMENTO CASQUEIRA I EM AREIA BRANCA/RN**

Questionário para os assentados de Casqueira I, Areia Branca/RN.

IDENTIFICAÇÃO					
Nome:				Conhecido por:	
Sexo:		Idade:		Estado Civil:	
Escolaridade:		Raça:		Naturalidade:	
DIAGNÓSTICO FAMILIAR					
1 - Quantidade de pessoas que moram na residência:					
Nome:	Parentesco:	Idade:	Sexo:	Ocupação:	Escolaridade:
INFRAESTRUTURA DO ASSENTAMENTO					
1 - O abastecimento de água (através de carros pipa) tem sido suficiente para o consumo em sua casa? () Sim () Não					
2 - Que melhoria ligada à estrutura na comunidade está mais precisando no momento? () Educação () Segurança () Infraestrutura () Saúde () Lazer () Outro: _____					
3 - A Escola localizada no Assentamento Casqueira II atende bem os alunos de Casqueira I? () Sim () Não					

4 – O senhor (a) é o (a) proprietário (a) titular da residência ou é agregado? () Titular () Agregado						
5 - O Atendimento do Programa Saúde da Família (PSF) na comunidade é: () Bom () Ruim () Regular () Ótimo						
6 – Qual o destino do lixo de sua residência? () Queimado () Enterrado () Recolhido () Descarte em local não apropriado						
7 – Qual a frequência em que o carro responsável pelo recolhimento do lixo passa na comunidade? () Diariamente () Semanalmente () mensalmente						
8 – A estrutura física de sua residência é apropriada e garante o conforto de sua família? () Sim () Não						
9 – Sobre o serviço de limpeza (recolhimento de entulhos e demais resíduos) realizado na comunidade. () É satisfatório () Precisa melhorar () É inexistente						
10 – Disponibilidade e nível e satisfação com serviços e equipamentos comunitários						
Sim	Não	Equipamento/Serviço	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
		Transporte Coletivo				
		Equipamentos de Lazer				
		Serviços de comunicação (Correios, telefone)				
		Escola				
		Comércio				
		Iluminação pública				
		Creche				

		Associação de moradores				
		Internet				
		Igreja				
		Praça de esporte				

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

1 - Qual a principal fonte de renda da família?

() Agricultura () Criação de animais () Aposentadoria () Trabalho em empresa privada () Reciclagem () Outro: _____

2 – Quantas pessoas na residência contribuem para a renda familiar?

() 1 () 2 () 3 () Mais de 3

3 – Quantas pessoas na residência trabalham na agricultura e em indústrias salineiras?

Agricultura: () Nenhuma () 1 () 2 () 3 () Mais de 3

Indústrias salineiras: () Nenhuma () 1 () 2 () 3 () Mais de 3

4 – A família é beneficiada por algum programa social oferecido pelo governo?

() Bolsa família () Garantia safra () outros: _____